

---

## UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO E O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA

*Recebido:* 16/07/24 | *Avaliado:* 14/08/24 | *Aceito:* 29/08/24

### **Evaldo Santos Nascimento**

Graduado em Letras/Português com habilitação em Inglês e respectivas literaturas na Universidade Dom Pedro II, funcionário público, atuando em escolas públicas municipais na cidade de Salvador; cursando Administração Pública pela UNEAD-UNEB.

E-mail: [evaldoletrologo@hotmail.com](mailto:evaldoletrologo@hotmail.com)

### **Suzana Barreto Martins**

Graduada em Pedagogia com habilitação em administração e coordenação de projetos pedagógicos na Universidade do Estado da Bahia; funcionária pública, atuando em escolas públicas municipais na cidade de Barreiras; cursando Administração Pública pela UNEAD-UNEB.

E-mail: [suzanabmartins@hotmail.com](mailto:suzanabmartins@hotmail.com)

### **Jaqueline Jamil**

Mestrado em Administração Estratégica pela Universidade Salvador. Graduação em Administração Geral pela Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão. Professora Formadora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Professora da Faculdade UNIFASS.

E-mail: [jjoliveira@uneb.br](mailto:jjoliveira@uneb.br)

## **RESUMO**

Este artigo examina a importante conexão entre a gestão eficaz dos recursos na educação pública e o desenvolvimento econômico sustentável do Brasil. Reconhecendo a educação pública de qualidade como um motor vital para o progresso socioeconômico, a pesquisa busca responder à questão central: como a gestão dos recursos educacionais pode promover o sucesso econômico do país? Para explorar essa questão, o estudo teve como objetivo geral avaliar o impacto da gestão de recursos na educação pública sobre a economia brasileira. Os objetivos específicos incluíram: analisar os fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos educacionais e sua relação com a economia brasileira; identificar e descrever as contribuições da gestão de recursos educacionais para o desenvolvimento econômico; e explorar as estratégias atuais utilizadas para viabilizar esse sucesso econômico. Foram considerados como base para este estudo autores como Barbosa Filho e Pessôa (2010), Dias e Dias (2007), Ranilce Mascarenhas (2007), Milone (1998), entre outros. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, proporcionando uma análise detalhada da realidade educacional e econômica do Brasil. O estudo revela que, apesar de investimentos significativos, a má distribuição e gestão ineficiente dos recursos ainda são desafios persistentes. O artigo conclui enfatizando a necessidade de políticas educacionais contínuas e bem geridas, independentes de ciclos governamentais, para sustentar o crescimento econômico do Brasil a longo prazo. As considerações finais resumem os principais achados e destacam a importância de uma visão estratégica e comprometida com a educação de qualidade para o desenvolvimento econômico do país.

**Palavras-chave:** Educação pública de qualidade. Sucesso econômico. Gestão de recursos. Capital humano. Qualificação.

**ABSTRACT**

This article examines the important connection between effective resource management in public education and sustainable economic development in Brazil. Recognizing quality public education as a vital engine for socioeconomic progress, the research seeks to answer the central question: how can the management of educational resources promote the country's economic success? To explore this issue, the study's general objective was to evaluate the impact of resource management in public education on the Brazilian economy. The specific objectives included: analyzing the conceptual and historical foundations of educational resource management and its relationship with the Brazilian economy; identify and describe the contributions of educational resources management to economic development; and explore current strategies used to enable this economic success. Authors such as Barbosa Filho e Pessôa (2010), Dias e Dias (2007), Ranilce Mascarenhas (2007), Milone (1998), among others, were considered as the basis for this study. The research adopts a qualitative approach, providing a detailed analysis of the educational and economic reality in Brazil. The study reveals that, despite significant investments, poor distribution and inefficient management of resources are still persistent challenges. The article concludes by emphasizing the need for continuous and well-managed educational policies, independent of government cycles, to sustain Brazil's long-term economic growth. The final considerations summarize the main findings and highlight the importance of a strategic vision and commitment to quality education for the country's economic development.

**Keywords:** Quality public education. Economic success. Resource management. Human capital. Qualification.

## 1 INTRODUÇÃO

Os indicadores de saúde, educação e renda de um país são mensurados por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com o objetivo de avaliar o grau de desenvolvimento de determinada sociedade nestes parâmetros. A partir da publicidade desses dados, é fácil observar que os países que mais se destacam por seu IDH também são aqueles que mais investem em educação e que destinam maiores porcentagens de seu Produto Interno Bruto (PIB) a este setor, uma vez que cada país determina a destinação e a distribuição das porcentagens de utilização desta unidade de medida. Baseados nessas perspectivas, percebe-se que educação e economia sempre estiveram interligadas.

No entanto, além desses investimentos financeiros, é necessário que se considere a educação não como uma política de um determinado governo, mas como uma política contínua que independe de governo e ou partidos. É importante vislumbrar um crescimento econômico estável a partir do sucesso da educação pensada por meio de estratégias cogitadas a médio e longo prazo.

E, nesse sentido, a gestão pública tem papel importante nos desdobramentos do crescimento e sucesso econômico do país, uma vez que se trata da habilidade de fazer o que precisa ser feito (LIMA, 2006) salientando que sua eficiência está diretamente ligada ao planejamento e organização daquilo que é finalidade precípua da gestão pública, qual seja, promover o bem comum, garantindo o que é essencial e fundamental ao povo.

Ante estas observações, este estudo propõe a Gestão no Setor Público como linha de formação específica utilizada para desenvolver este projeto, abordando o tema “Educação pública de qualidade e o sucesso econômico de um país” sendo apresentado com o título “Um olhar sobre a gestão de recursos na educação e o sucesso da economia brasileira”.

É notório que os investimentos voltados para a educação no Brasil possuem características e expectativas de curto prazo, de modo que não promovem transformações significativas e duráveis a este setor, nem tampouco à economia. O financiamento da educação não é somente um dos principais instrumentos de democratização do ensino, mas também um importante instrumento que permite viabilizar uma educação pública de qualidade, e conseqüentemente, capaz de proporcionar um progresso financeiro satisfatório a todos os setores da economia. Nesse sentido, teremos como questão problema para este estudo: **De que forma a gestão dos recursos na educação pública pode proporcionar o sucesso da economia brasileira?**

Para tanto, e visando orientar as ações da pesquisa em conexão com a problemática proposta, este estudo foi projetado ao seguinte objetivo geral: Avaliar de que forma a gestão dos recursos na educação pública pode proporcionar o sucesso da economia brasileira. Este se desenvolverá em três objetivos específicos: Relatar os fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos na educação pública e sua relação com a economia brasileira; descrever como a gestão de recursos na educação pública pode contribuir para o sucesso da economia brasileira; e, analisar que estratégias são utilizadas, via gestão dos recursos públicos no sentido de proporcionar uma educação pública de qualidade e viabilizar o sucesso da economia brasileira.

A qualidade da educação pública, é pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação. A eficácia do sistema educacional público tem um impacto direto na vida da população, pois, não só capacita os indivíduos para o mercado de trabalho, como também promove a inclusão social, reduzindo as disparidades de renda e oportunidades. No contexto brasileiro em que persistem desafios estruturais e desigualdades socioeconômicas, a gestão eficaz dos recursos destinados à educação é crucial para promover uma transformação significativa e sustentável.

Diante das considerações apresentadas, esta pesquisa se justifica pela sua relevância para a compreensão dos mecanismos que ligam a gestão dos recursos na educação pública ao sucesso econômico do Brasil, bem como pela sua contribuição para a formulação de políticas mais eficazes e voltadas para o bem-estar social e econômico da população brasileira.

Foi desenvolvida de acordo com o delineamento de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, livros, artigos científicos, teses e dissertações. Foram utilizados como fontes livros, periódicos e artigos científicos, considerando como base os autores Barbosa Filho e Pessoa (2010), Dias e Dias (2007), Ranilce Mascarenhas (2007), Milone (1998), entre outros.

Este artigo está dividido em 5 (cinco) partes. A primeira, ora apresentada, é a introdução, em que traz a linha de formação específica, o tema, o problema, os objetivos e a justificativa. A segunda trata-se do referencial, apresentando as principais características e fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos na educação pública. Na sequência está a metodologia utilizada no estudo seguida da análise das estratégias utilizadas na gestão dos recursos públicos no sentido de proporcionar uma educação pública de qualidade. E, por fim, tem-se as considerações finais, destacando os pontos fortes e impactos da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A forte relação existente entre os níveis de escolaridade da população de um país e seu crescimento econômico tiveram evidências publicadas na literatura ao longo das últimas décadas, como resultado de estudos relativos à teoria do capital humano. Os níveis de habilidades adquiridas com a escolarização, tanto no sentido quantitativo como qualitativo, possibilitam a elevação da renda no mercado de trabalho, apresenta uma maior qualidade dos serviços prestados, demonstrando um efetivo crescimento econômico do Estado e conseqüentemente do país.

Estudos já publicados constataram que a teoria do crescimento econômico é competência não somente do capital físico como também de uma outra variável capaz de explicar a elevação da produtividade e do crescimento, trata-se da teoria do capital humano. Mincer (1958), Schultz (1964) e Becker (1964) *apud* Barbosa Filho e Pessôa, (2010), em seus estudos sobre esta teoria apresentaram variáveis relativas aos anos de escolaridade, de modo que, ao elevar este nível, o trabalhador inserido no mercado de trabalho eleva também os níveis salariais, melhorando a economia da região.

O conceito de capital humano desenvolvido por economistas como Gary Becker, enfatiza que o conhecimento, as habilidades e a saúde dos indivíduos são ativos valiosos que contribuem para o crescimento econômico. Investir em educação pública de qualidade permite que as pessoas adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para se tornarem trabalhadores produtivos e inovadores, impulsionando a produtividade e a competitividade do país.

Não há uma definição consensual entre os economistas sobre o que caracteriza o capital humano, todavia, em todas as análises se observa um ponto comum: qualquer fator que aumente o retorno do trabalho, que eleve a produtividade, é tido como capital humano e, por isso, a definição se torna significativamente ampla. Para Schultz (1960, 1961) *apud* Dias e Dias (2007), a educação formal, a capacitação, a experiência, a própria alimentação, a saúde, a migração, o ambiente familiar, cultural e a sociedade onde se vive, constitui o capital humano de um indivíduo.

Como ele é parte do homem, o capital humano torna-se um fator de produção de propriedade intransferível, sendo humano por estar configurado no homem e capital por ser uma fonte de satisfação futura ou por vislumbrar futuros rendimentos. Como é de propriedade

de titularidade intransferível, segue o seu proprietário e lhe assegura determinado poder de barganha, tornando-se um insumo de “conhecimento”, rompendo com o paradigma de que a mão de obra é um mero fator produtivo homogêneo, substituível facilmente (Pires, 2005) *apud* Dias e Dias (2007).

Segundo Nelson e Phelps (1966) *apud* Dias e Dias (2007), é consenso entre muitos economistas o argumento de que o melhoramento do grau de escolaridade de uma pessoa eleva a sua habilidade para receber, decodificar e entender informações, e isso é extremamente relevante no processo de aprendizagem e execução de diversos trabalhos. Resultados de pesquisas revelam que a qualidade da educação, medida a partir do desempenho dos estudantes em testes de matemática e ciências é fator de grande relevância para o crescimento econômico (BARBOSA FILHO e PESSÔA, 2010). O próprio Schumpeter (1976) *apud* Dias e Dias (2007) infere que a inovação tecnológica é o principal elemento da competição capitalista, de tal forma que não se teria espaço para unidades produtivas que não sejam inovadoras, necessitando cada vez mais de capital humano, mão de obra com capacidade para criar, inovar e não apenas para executar tarefas rotineiras, de baixa qualificação.

Nesse sentido, diversos estudos empíricos demonstram uma forte correlação entre níveis mais altos de educação e crescimento econômico sustentável. A educação proporciona uma base sólida para o desenvolvimento de setores econômicos diversificados, estimula a inovação, melhora a eficiência produtiva e aumenta a capacidade de adaptação a mudanças tecnológicas e econômicas. E aqui citamos como exemplo o notável estudo de Barro e Lee (2013), que analisou dados educacionais de 146 países ao longo de 60 anos e encontrou uma relação positiva entre a escolaridade média da população e o crescimento econômico. Este estudo evidenciou que investimentos em educação de qualidade resultam em um aumento significativo da produtividade e competitividade de um país, corroborando com a dada importância de políticas educacionais eficazes para o desenvolvimento econômico sustentável.

No contexto específico da educação pública brasileira, é importante destacar que o país enfrentou ao longo dos séculos (e ainda enfrenta) diversos desafios para garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Somente a partir da década de 1930, a educação em alguns estados brasileiros passa por um processo de construção de uma nova prática de ensino, de um novo fazer/saber pedagógico, tendo como centro do processo o aluno. Inclusive, foram propostas Campanhas de educação para jovens e adultos no sentido de promover etapas de capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário.

Cabe destacar que a educação pode ser compreendida como um mecanismo de sinalização no mercado de trabalho, visto que o nível de qualificação da população apresenta-

se como uma alternativa para amenizar as discrepâncias econômicas, além de fortalecer as economias regionais e nacional. Segundo Barbosa Filho e Pessôa (2010):

Uma evidência comumente alegada em favor da teoria da sinalização para os diferenciais de salários associados aos diferenciais de educação é o prêmio de diploma. Em geral, a taxa de retorno de um ano adicional de estudo quando este ano adicional corresponde ao fim de um ciclo é significativamente maior do que a taxa de retorno de um ano a mais de escolaridade se este ano adicional não completar um ciclo, isto é, não estiver associado a um diploma.

Daí a necessidade de completar os ciclos de escolarização da Educação Fundamental (1º ao 9º Ano), do Ensino Médio e Profissional (1º ao 3º ou 4º Ano), e Ensino Superior, elevando os níveis quantitativos. Entretanto não podemos relativizar a produtividade do capital humano somente aos índices quantitativos. Outrossim, a qualidade do ensino deve ser postulada como variável equivalente, embora não seja única, ao crescimento e sucesso econômico. E como num círculo, quanto maior a renda e a escolaridade, maiores são os índices de crescimento da qualidade da educação.

Uma pesquisa realizada pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP aponta que a educação é essencial para o crescimento socioeconômico de um país, visto que países que investem na educação obtêm retorno em setores como na indústria, setores públicos e privados e prestação de serviços, haja vista que têm em suas nações pessoal qualificado para exercer funções de maneira eficiente e eficaz. Entretanto, segundo a mesma pesquisa, o Brasil é um dos países que mais investe em educação, porém, muitas vezes esses recursos não são bem distribuídos ou quase sempre mal planejados, comprometendo com isso, o retorno social positivo ofertado pela educação.

O contexto histórico da educação no Brasil evidencia que, mesmo conseguindo avançar na escolaridade média, não houve avanços na qualidade do ensino, o que compromete os processos de formação profissional. A destinação dos recursos na educação precisa estar em harmonia com a quantidade e a qualidade. Sobre a destinação de recursos públicos Ranilce Mascarenhas (2007, p. 118) cita Pinto (2001):

O Brasil precisa encontrar uma saída mais inteligente para lidar com o gasto na educação, pois um país cuja administração pública gasta menos de R\$ 500,00 por ano para manter uma criança na escola pública, e mais de R\$ 1.500,00 por mês para manter um jovem na FEBEM precisa rever sua política e investir suas prioridades.

Ademais, os efeitos sociais da educação podem ser observados em outras situações e mesmo assim ainda terá aplicações efetivas no mercado de trabalho e no crescimento e sucesso

econômico. O impacto da educação em situações como o aumento da proximidade entre as pessoas, facilita a comunicação, possibilita a redução da criminalidade, além de melhorar a democracia com o aumento da consciência política, e ainda conscientiza as pessoas em relação a vícios ensejando a uma taxa de retorno social da educação capaz de superar a taxa de retorno privado (FILHO E PESSÔA, 2010).

Sobre isso, foi apresentado no relatório da Fiesp (2010),

Reduzidos anos de escolaridade também são correlacionados com maiores taxas de natalidade da população e menores cuidados com a saúde. Além disso, uma população sem acesso à educação tem comprometido seu exercício da cidadania, contribuindo para a ineficiência dos serviços públicos da nação. Dessa maneira, o Índice de Desenvolvimento Humano pode mostrar a resultante de vários impactos da menor escolaridade de um país.

Nessas perspectivas, a relação de causalidade da educação com outras variáveis que não seja a de renda, pode ensejar em relativo potencial no Índice de Desenvolvimento Humano evidenciando uma superação dos retornos sociais em relação aos retornos privados, observados nas decisões de consumo, poupança, saúde e fertilidade. Outra observação relevante diz respeito ao efetivo exercício da democracia pelos cidadãos, uma vez que a escola é um ambiente formador de indivíduos sociais e, portanto, um dos principais meios existentes na sociedade que promove a formação de cidadãos democráticos.

### 3 METODOLOGIA

Para a realização do artigo foi utilizada uma abordagem qualitativa, visando explicar a dinâmica das relações sociais, corroborando com Minayo (2002), o qual destaca que a abordagem qualitativa busca uma maior compreensão das estruturas e instituições, partindo do pressuposto de que estas são o resultado da ação humana objetivada.

O estudo teve como base o tipo de pesquisa bibliográfica explicativa, objetivando explorar e compreender as causas e efeitos por trás de um fenômeno específico, que neste caso tratou-se da gestão de recursos na educação. Segundo Gil (2002), a pesquisa explicativa tenciona não apenas descrever características de determinados fenômenos, mas também explicar por que e como eles ocorrem, contribuindo para um entendimento mais profundo e detalhado do mundo real, além de fornecer insights importantes para a tomada de decisões e resolução de problemas.

A pesquisa bibliográfica utilizou as palavras chave: educação pública de qualidade, sucesso econômico, gestão de recursos, capital humano e qualificação, extraídas de autores como Barbosa Filho e Pêsoa (2010), Schultz (1960, 1961) *apud* Dias e Dias (2007), Milone (1998) destacando a relação entre a teoria do capital humano e o crescimento econômico, Ranilce Mascarenhas (2007) cita Pinto (2001) tratando da gestão (destinação) de recursos na educação, Pochmann (2011) que trata do financiamento da educação para o desenvolvimento em palestra sobre o Plano Nacional de Educação, Siedenberg (2003) apresentando os Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico na revista *Desenvolvimento em Questão* e, informações do relatório da Fiesp (2010) apresentando o crescimento e sucesso econômico a partir da qualificação por meio da educação.

A pesquisa explicativa teve como principal objetivo elucidar as relações de causa e efeito entre variações, identificando as razões subjacentes que explicam o fenômeno: de que forma a gestão de recursos na educação pública pode proporcionar o sucesso da economia brasileira. Para tanto, foram definidas e cumpridas as etapas que fizeram alcançar ao alvo, que foram: Relatar os fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos na educação pública e sua relação com a economia brasileira, descrever como a gestão de recursos na educação pública pode contribuir para o sucesso da economia brasileira e, por fim, analisar que estratégias são utilizadas, via gestão dos recursos públicos no sentido de proporcionar uma educação pública de qualidade e viabilizar o sucesso da economia brasileira.

### 3.1 COMO OS DADOS FORAM ANALISADOS

A organização e interpretação dos dados e informações já se apresentou inicialmente na fase exploratória, onde os pesquisadores no processo de investigação foram identificando e construindo interpretações capazes de gerar novas questões ou aperfeiçoar as questões propostas, dada a natureza da pesquisa qualitativa.

Para esta etapa de análise de dados foram adotadas as seguintes fases: exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação desses dados. Para tanto, inicialmente foi feita uma seleção no sentido de uma verificação para detecção de falhas ou erros. Em seguida, análise e tratamento dos resultados obtidos na análise documental. E, por fim, realizou-se a classificação desses dados com base na relevância do que foi proposto/apresentado como pressupostos teóricos e objetivos da pesquisa.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a apresentação e análise dos dados, a atenção foi direcionada a três aspectos principais: fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos na educação pública e sua relação com a economia brasileira; como a gestão de recursos na educação pública pode contribuir para o sucesso da economia brasileira; e que estratégias são utilizadas, por meio da gestão dos recursos públicos, para proporcionar uma educação pública de qualidade e viabilizar o sucesso da economia brasileira.

### 4.1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA BRASILEIRA

A gestão de recursos na educação pública é um aspecto crucial para o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao longo das últimas décadas, diversos estudos têm evidenciado a forte relação entre os níveis de escolaridade da população e o crescimento econômico do país (FERREIRA e ISSLER, 1997). Autores como Barbosa Filho e Pessôa (2010) destacam que investir em educação pública de qualidade é fundamental para elevar a produtividade e a competitividade da mão de obra brasileira.

Em análise aos dados de investimento em educação no Brasil, importantes tendências são reveladas. Primeiramente, observa-se um aumento, ainda que lento, porém gradual no percentual do investimento público direto em relação ao PIB (Figura 1) indicando um reconhecimento da importância da educação como vetor para o desenvolvimento socioeconômico do país. Esse aumento é consistente em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até a educação superior.

No entanto, é importante observar a distribuição desse investimento entre os diferentes níveis de ensino. Nota-se que, historicamente, a maior parte dos recursos é direcionada para a educação básica, especialmente para o ensino fundamental e médio. Isso reflete uma preocupação em garantir uma base sólida de educação para a população brasileira, o que é fundamental para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a participação ativa na economia.

Figura 1 - Estimativa do percentual do investimento público direto em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino - Brasil 2000-2018

Ano	Percentual do Investimento Público Direto em relação ao PIB (%)							
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino					Ensino Médio	Educação Superior
		Educação Básica	Educação Infantil	De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais			
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7	
2001	4,0	3,3	0,3	1,2	1,1	0,6	0,7	
2002	4,1	3,3	0,3	1,4	1,1	0,4	0,8	
2003								
	<b>3,8</b>	3,1	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7	
2004	3,8	3,2	0,4	1,3	1,1	0,4	0,6	
2005	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,4	0,7	
2006	4,2	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,6	
2007	4,4	3,7	0,4	1,4	1,3	0,6	0,7	
2008	4,6	3,9	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7	
2009	4,8	4,1	0,3	1,6	1,5	0,6	0,7	
2010	4,9	4,1	0,4	1,6	1,5	0,7	0,8	
2011	5,0	4,2	0,4	1,5	1,4	0,9	0,8	
2012	5,0	4,2	0,5	1,5	1,3	0,9	0,8	
2013	5,1	4,3	0,5	1,5	1,3	0,9	0,8	
2014	5,0	4,2	0,6	1,4	1,3	0,9	0,8	
2015	5,1	4,2	0,6	1,4	1,3	1,0	0,9	
2016	5,2	4,3	0,6	1,4	1,2	1,0	0,9	
2017	5,2	4,1	0,6	1,4	1,2	1,0	1,0	
2018	5,2	4,2	0,6	1,4	1,2	1,0	1,0	

Fonte: Inep/MEC - Tabela elaborada pela Deed/Inep.

Notas:

- 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
- 2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
- 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- 4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
- 5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- 6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
- 7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma

Fonte: INEP/MEC, 2020.

A relação entre esses dados de investimento em educação e o desenvolvimento econômico do Brasil é bastante significativa. Investir em educação é investir no capital humano do país, capacitando indivíduos com conhecimentos e habilidades necessárias para contribuir de forma mais eficaz para a economia. Uma mão de obra qualificada e com conhecimento técnico tende a ser mais produtiva, inovadora e adaptável às demandas do mercado de trabalho, o que, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico e a competitividade nacional.

Além disso, o investimento em educação básica é particularmente importante para reduzir as desigualdades sociais e econômicas, promovendo maior inclusão e oportunidades para todos os segmentos da sociedade. Isso cria um ambiente mais propício para o crescimento econômico sustentável, pois uma população mais consciente tende a ser mais empreendedora e engajada no processo de desenvolvimento.

A análise desses dados reforça a importância de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade e da acessibilidade da educação em todos os níveis. Somente através de

investimentos consistentes e bem direcionados será possível alcançar um desenvolvimento econômico mais equitativo, dinâmico e sustentável para o Brasil.

Além da relação entre escolaridade e crescimento econômico, é importante considerar também o impacto da educação na redução das desigualdades sociais. Estudos demonstram que países com sistemas educacionais mais equitativos tendem a apresentar índices menores de pobreza e desigualdade de renda, além de uma maior coesão social (ZAMBERLAN, 2019). Nesse sentido, a gestão eficaz dos recursos na educação pública não apenas impulsiona o desenvolvimento econômico, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Outro aspecto relevante é a influência da educação na formação de uma força de trabalho qualificada e adaptável às demandas do mercado. Com o avanço da tecnologia e a globalização da economia, torna-se cada vez mais necessário investir em educação para garantir que os trabalhadores estejam preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (SEVERINO, 2007). A gestão adequada dos recursos na educação pública pode fornecer os meios necessários para o desenvolvimento de habilidades técnicas, cognitivas e socioemocionais que são essenciais para o sucesso no mercado de trabalho e para a inovação econômica.

Dados como a taxa de alfabetização também evidenciam a relação entre os investimentos em educação e o sucesso da economia brasileira, pois trata-se de um indicador fundamental que reflete não apenas o acesso à educação básica, mas também a qualidade dos programas educacionais e o impacto das políticas públicas na sociedade como um todo.

No período compreendido entre o final do século XX e o início do século XXI, o Brasil implementou políticas públicas voltadas para a universalização do ensino fundamental e a redução do analfabetismo. Programas como o “Brasil Alfabetizado” com investimentos de R\$1,4 bilhões entre os anos de 2008 e 2014 (Portal MEC), e a expansão da rede de escolas públicas contribuíram significativamente para o aumento da taxa de alfabetização no país.

Dados do Ministério da Educação revelam que houve quedas significativas nas taxas de analfabetismo no Brasil. Apesar dessas quedas, é importante ressaltar que ainda há desafios a serem enfrentados para alcançar um nível ideal de alfabetização e educação básica. A persistência de bolsões de analfabetismo, especialmente em regiões mais remotas e economicamente desfavorecidas, evidencia a necessidade contínua de investimentos em programas de alfabetização e educação para adultos, bem como em melhorias na qualidade do ensino fundamental e médio.

Essa melhoria na taxa de alfabetização teve um impacto direto na capacidade da população de participar ativamente da força de trabalho e contribuir para a economia. Por exemplo, em áreas rurais onde o acesso à educação era historicamente limitado, o aumento da taxa de alfabetização possibilitou que mais pessoas tivessem oportunidades de emprego em setores como agricultura, pecuária e serviços, impulsionando o desenvolvimento econômico local.

Além disso, a melhoria na taxa de alfabetização também está relacionada à redução da pobreza e das desigualdades sociais. Com mais pessoas alfabetizadas, capazes de ler, escrever e compreender informações básicas, há uma maior capacidade de acesso a oportunidades de emprego melhor remuneradas e uma participação mais ativa na vida cívica e política do país.

A evolução da taxa de alfabetização no Brasil é um exemplo concreto de como os investimentos em educação básica podem gerar impactos positivos, não apenas no desenvolvimento individual dos cidadãos, mas também no crescimento econômico e social de toda a nação.

Outro dado histórico importante à esta análise diz respeito ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é uma ferramenta para avaliar a qualidade da educação em diferentes países, incluindo o Brasil. Com a participação de 70 países, o PISA fornece insights valiosos sobre a preparação dos jovens para a vida adulta e permite comparações entre sistemas educacionais ao redor do mundo.

No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que seleciona uma amostra representativa de escolas e estudantes para participarem do exame. A edição do ano de 2015 envolveu 902 escolas públicas e particulares de todas as regiões do país, com uma amostra de 25,7 mil estudantes.

Os resultados do PISA são fundamentais para entender o progresso educacional de um país ao longo do tempo. No período de 2000 a 2009, o Brasil foi uma das nações que mais evoluíram no exame, demonstrando um avanço significativo na educação básica. Esse avanço é especialmente importante para o desenvolvimento econômico, pois uma mão de obra bem educada e qualificada é essencial para impulsionar a produtividade e a competitividade.

No entanto, apesar dos progressos alcançados, ainda há desafios a serem enfrentados. O Brasil ocupa a 53ª posição na tabela geral da OCDE, indicando que há espaço para melhorias na qualidade da educação. Além disso, é fundamental que os investimentos em educação sejam contínuos e direcionados para áreas que tragam resultados efetivos, como a melhoria da

infraestrutura escolar, a formação de professores e o desenvolvimento de currículos alinhados com as demandas do mercado de trabalho.

Portanto, os dados do PISA fornecem uma base sólida para análises e implementação de políticas educacionais, ajudando o Brasil a identificar áreas de melhoria e a investir de forma estratégica na educação no sentido de possibilitar a garantia do sucesso econômico e social a longo prazo.

#### 4.2 CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARA O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A contribuição da gestão eficaz dos recursos na educação pública para o sucesso econômico do Brasil é multifacetada. Em primeiro lugar, ao investir em educação de qualidade, o país está capacitando sua força de trabalho para ser mais produtiva e inovadora. Isso se alinha com a teoria do capital humano, que enfatiza a importância dos conhecimentos, habilidades e saúde dos indivíduos como ativos valiosos para o crescimento econômico (Becker, 1964).

Investimentos em programas de capacitação profissional como cursos técnicos e tecnológicos, podem fornecer às pessoas habilidades específicas necessárias para atender às demandas do mercado de trabalho. Um exemplo é o programa Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) instituído em 2011 pelo Governo Federal oferecendo cursos gratuitos de formação técnica e profissionalizante em diversas áreas, capacitando os trabalhadores para empregos mais qualificados e melhor remunerados.

A inovação e o desenvolvimento tecnológico são fundamentais para a competitividade econômica do Brasil, e a educação de qualidade é essencial para impulsionar estes setores. Instituições de ensino superior e centros de pesquisa desempenham um importante papel nesse processo, oferecendo conhecimento e recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras. Um exemplo é o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que contribui para o avanço da indústria aeroespacial brasileira por meio de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas.

Outro ponto essencial, é garantir um acesso equitativo à educação de qualidade para todos os cidadãos, no sentido de reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão econômica. Programas de assistência estudantil, como bolsas de estudo e financiamento estudantil, podem ajudar a garantir que estudantes de baixa renda tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais que seus pares mais privilegiados. Um exemplo é o programa Bolsa Família, que oferece apoio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade, ajudando a

garantir que seus filhos possam frequentar a escola e ter acesso a uma educação de qualidade. E, como exemplo mais recente, o programa “Pé-de-Meia” instituído nesse ano de 2024 pelo governo federal como incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, na tentativa de democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens do ensino médio.

Esses exemplos destacam como uma gestão eficaz dos recursos na educação pública pode contribuir para o sucesso econômico do Brasil, capacitando a força de trabalho, promovendo a inovação e reduzindo as desigualdades sociais. No entanto, a persistência de impasses na gestão pública muitas vezes impede que se tenha uma educação de qualidade. Problemas como má distribuição de recursos, falta de transparência, corrupção e burocracia excessiva podem comprometer os investimentos destinados à educação e dificultar a implementação de políticas educacionais eficazes. Enquanto essas questões não forem devidamente abordadas e solucionadas, será difícil alcançar os objetivos de uma educação pública de qualidade que seja verdadeiramente capaz de impulsionar o crescimento econômico de forma sustentável e inclusiva.

#### 4.3 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA PROPORCIONAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E VIABILIZAR O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A gestão eficaz dos recursos na educação pública desempenha um importante papel no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Na tentativa de garantir uma educação de qualidade que promova o sucesso econômico do país, algumas estratégias já foram empregadas no Brasil. Dentre elas destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que assegura um financiamento estável e redistributivo para a educação básica em todo o território brasileiro. É um fundo de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. Foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e substituiu o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O principal objetivo do Fundeb é financiar a educação básica pública, compreendendo desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo também a educação de jovens e adultos e a educação especial. Dentre suas finalidades, estão a distribuição dos recursos para estados e

municípios de forma a garantir um padrão mínimo de qualidade no ensino, a valorização dos profissionais da educação e a redução das desigualdades educacionais.

O Fundeb é uma importante fonte de financiamento para a educação básica no Brasil e desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e qualidade educacional em todo o país. Ele é essencial para garantir o acesso à educação e para contribuir com o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Portanto, ao garantir um financiamento adequado para a educação básica, o Fundeb contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera.

Uma outra estratégia fundamental é a revisão das políticas de destinação de recursos no sentido de garantir uma distribuição mais equitativa e eficiente dos investimentos em educação. Isso pode envolver a elaboração de planos de educação de longo prazo, que estabeleçam metas claras e diretrizes para a alocação de recursos de acordo com as necessidades específicas de cada região. É nessa perspectiva que deve ser considerado como meio de planejamento e execução o Plano Nacional de Educação (PNE), que define metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação em todo o país, orientando a aplicação dos recursos de forma mais eficaz.

O fortalecimento da formação profissional e técnica se encaixa neste planejamento, pois este investimento é essencial para preparar os indivíduos para o mercado de trabalho e impulsionar o desenvolvimento econômico. Isso pode incluir a expansão da oferta de cursos técnicos e tecnológicos em áreas estratégicas, como tecnologia da informação, engenharia e saúde, bem como parcerias entre instituições de ensino e empresas para oferecer programas de aprendizagem e estágio, a exemplo do já citado Pronatec.

Outro destaque importante, ainda sobre estratégias, é o incentivo à pesquisa e inovação no campo educacional que se trata de ação fundamental ao avanço da qualidade do ensino e ao desenvolvimento de metodologias e práticas pedagógicas. Dentro desta estratégia está o financiamento de projetos de pesquisa em educação, criação de incentivos para a capacitação de professores e a implementação de políticas de apoio à inovação educacional nas escolas.

No Brasil, já está em andamento o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), implementado efetivamente no ano de 2009 e consolidado por meio do Decreto nº 7.219 em 2010, regulamentado pela Portaria nº 96 de 2013, o qual oferece bolsas de estudo para estudantes de licenciatura participarem de projetos de pesquisa e práticas pedagógicas nas escolas públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

No contexto brasileiro, apesar da importância das estratégias mencionadas, a implementação eficaz enfrenta desafios. Um dos principais é a falta de recursos financeiros

suficientes ou sua má distribuição, o que compromete a capacidade do sistema educacional no oferecimento de uma educação de qualidade. Além disso, a burocracia e a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo muitas vezes dificultam a implementação de políticas educacionais eficazes.

A que se falar também da resistência a mudanças por parte de alguns atores políticos e sociais, que podem dificultar a adoção de medidas inovadoras e a implementação de reformas necessárias para melhorar a qualidade do ensino. Além disso, a desigualdade socioeconômica e regional no Brasil representa um obstáculo adicional, uma vez que as condições socioeconômicas dos alunos têm um impacto significativo em seu desempenho educacional. Superar esses desafios requer um compromisso político e social contínuo, bem como investimentos adequados em educação e medidas para promover uma maior equidade e eficiência na gestão dos recursos educacionais.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados revelam uma série de desafios enfrentados pela gestão dos recursos na educação pública brasileira, incluindo a má distribuição de recursos, a baixa qualidade do ensino em algumas regiões e a falta de investimentos adequados em formação profissional e técnica. Esses desafios têm impactos significativos no desenvolvimento econômico do país, afetando a competitividade da mão de obra, a inovação e a produtividade.

No entanto, os resultados também apontam para oportunidades de melhoria por meio de políticas educacionais mais eficazes e orientadas para o desenvolvimento sustentável. É fundamental que o governo e as instituições educacionais trabalhem em conjunto para identificar e implementar estratégias que promovam uma distribuição mais equitativa dos recursos, garantindo o acesso à educação de qualidade em todo o país.

Além disso, investir na formação profissional e técnica é essencial para preparar os trabalhadores para os desafios do mercado de trabalho moderno e impulsionar a inovação e o crescimento econômico. Isso requer um maior investimento em programas de capacitação e qualificação profissional, bem como parcerias entre o setor público e o setor privado para garantir que as habilidades e competências dos trabalhadores estejam alinhadas com as demandas do mercado.

Outro aspecto importante é o incentivo à pesquisa e inovação no campo educacional. Promover a pesquisa educacional e a implementação de novas metodologias de ensino pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento de uma força de trabalho

mais qualificada e inovadora. Isso requer investimentos em infraestrutura educacional, capacitação de professores e apoio à realização de projetos de pesquisa educacional.

Ademais, os dados apresentados destacam a importância da gestão eficaz dos recursos na educação pública para o sucesso econômico do Brasil. Embora existam desafios a serem superados, como a má distribuição de recursos e a baixa qualidade do ensino, há oportunidades para melhorias por meio de políticas educacionais mais eficazes e orientadas para o desenvolvimento sustentável. Investir na formação profissional e técnica, bem como promover a pesquisa e inovação educacional, são passos fundamentais para impulsionar o crescimento econômico e garantir um futuro próspero para o país.

## 5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS FUTURAS

O quadro abaixo apresenta uma visão abrangente das características, pontos positivos e negativos, bem como sugestões de intervenção para melhorar a gestão de recursos públicos na educação pública no Brasil. A implementação eficaz dessas sugestões pode contribuir significativamente para proporcionar uma educação de qualidade e, conseqüentemente, viabilizar o sucesso econômico do país.

Quadro 1 - Resultados e tendências na gestão de recursos públicos para a Educação Pública no Brasil

Características	Pontos positivos	Pontos negativos	Sugestão/intervenção
Revisão das Políticas de Destino de Recursos	Promover uma alocação eficiente de recursos; estabelece metas claras e diretrizes.	Resistência política; falta de continuidade devido as mudanças de governo.	Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação contínua; garantir compromisso multipartidário com as metas condicionais.
Fortalecimento da Formação Profissional e Técnica	Preparar os indivíduos para o mercado de trabalho; aumento da empregabilidade e produtividade.	Desigualdade na oferta de cursos técnicos entre regiões; falta de infraestrutura adequada.	Expansão de parcerias público-privadas; aumento de investimentos em infraestrutura e tecnologia em escolas técnicas.
Incentivo à Pesquisa e Inovação Educacional	Melhorar a qualidade do ensino a partir do desenvolvimento de novas metodologias pedagógicas.	Falta de financiamento contínuo; resistência às mudanças por parte dos professores e administradores escolares.	Aumentar o financiamento para pesquisa educacional; promover programas de capacitação para professores e administradores escolares.

**Quadro 1 - Resultados e tendências na gestão de recursos públicos para a Educação Pública no Brasil**

<b>Características</b>	<b>Pontos positivos</b>	<b>Pontos negativos</b>	<b>Sugestão/intervenção</b>
Plano Nacional de Educação (PNE)	Oferecer um plano estratégico de longo prazo; metas claras para melhorar a educação.	Implementação desigual entre estados; falta de recursos para atingir todas as metas.	Fortalecer a cooperação entre os níveis de governo; garantir financiamento adequado para todas as metas do PNE.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	Oferece cursos gratuitos de formação profissional; colabora com instituições de ensino e empresas.	Desigualdade na distribuição dos cursos; qualidade variável dos programas.	Expandir o alcance do Pronatec para regiões carentes; garantir padrões de qualidade uniformes em todos os cursos oferecidos.
Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)	Aumentar o financiamento para educação básica; promove equidade na distribuição de recursos.	Complexidade e burocracia na gestão dos fundos; discrepâncias dos recursos.	Simplificar os processos de gestão do fundo; garantir maior transparência e equidade na distribuição dos recursos.

Fonte: Elaboração própria (2024).

## 6 CONCLUSÃO

O presente artigo analisou a relação intrínseca entre a gestão eficaz dos recursos na educação pública e o desenvolvimento econômico do Brasil. A análise evidenciou que, apesar de esforços e investimentos significativos, a distribuição e gestão desses recursos ainda enfrenta desafios críticos que precisam ser abordados para garantir uma educação de qualidade e, por conseguinte, um crescimento econômico sustentável.

Primeiramente, foi destacado que a gestão dos recursos na educação pública não pode ser vista apenas como uma questão financeira, mas também como um aspecto estratégico que influencia diretamente a formação de capital humano e a competitividade econômica do país. O estudo dos fundamentos conceituais e históricos revelou que, ao longo das décadas, houve uma compreensão crescente da importância de investir em educação para promover o desenvolvimento socioeconômico.

Os dados analisados mostram que, embora o Brasil tenha registrado avanços em indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), ainda existe uma

significativa disparidade na qualidade da educação oferecida em diferentes regiões. Isso é reflexo de uma gestão ineficaz dos recursos, onde a alocação equitativa e o uso eficiente ainda são metas a serem plenamente alcançadas.

Além disso, a pesquisa identificou que políticas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) têm desempenhado um papel fundamental na tentativa de garantir uma distribuição mais justa dos recursos e na promoção de uma educação de qualidade. No entanto, a efetividade dessas políticas depende de uma gestão contínua e estratégica, que vá além dos ciclos políticos e se baseie em planejamentos de longo prazo.

O fortalecimento da formação profissional e técnica foi identificado como uma das principais estratégias para alinhar a educação com as necessidades do mercado de trabalho, promovendo assim a inserção de indivíduos capacitados na economia. Programas como o Pronatec e iniciativas de parceria entre instituições de ensino e o setor privado são exemplos de esforços bem-sucedidos que contribuem para preparar a força de trabalho para os desafios futuros.

O incentivo à pesquisa e inovação no campo educacional também foi apontado como fundamental para o desenvolvimento de novas metodologias e práticas que possam melhorar a qualidade do ensino e a aprendizagem. Projetos de pesquisa educacional e programas de capacitação de professores são necessários para fomentar um ambiente de aprendizado dinâmico e adaptado às demandas contemporâneas.

Ademais, o sucesso econômico do Brasil está profundamente ligado à capacidade de oferecer uma educação pública de qualidade. A gestão eficaz dos recursos educacionais não só promove o desenvolvimento de capital humano altamente qualificado, mas também reduz as desigualdades sociais e regionais, criando um ambiente mais propício para o crescimento econômico sustentável. Para alcançar esses objetivos, é essencial que a educação seja tratada como uma prioridade contínua e estratégica, independentemente das mudanças governamentais, garantindo assim que todos os brasileiros tenham acesso a oportunidades educativas que lhes permitam contribuir plenamente para a economia do país. A adoção de políticas educacionais integradas, com foco na equidade e eficiência, é a chave para transformar a educação pública em um verdadeiro motor de desenvolvimento econômico e social.

## REFERÊNCIAS

BARRO, R. J.; LEE, J. W. A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950-2010 [Um novo conjunto de dados sobre o nível educacional no mundo, 1950-2010]. **Journal**

**of Development Economics**, Estados Unidos, maio, 2013. Seção de artigos, p. 184-198. Disponível em: <https://www.nber>.

DIAS, J.; DIAS, H. A. Crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda e investimento em educação nos estados brasileiros: teoria e análise econométrica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 34, out./dez. 2007.

FERREIRA, P. C.; ISSLER, J. V. **Educação e crescimento**. In: FONTES, R. (Ed.) Estabilização e crescimento. Viçosa: UFV, 1997.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra?. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 11, n. 2, p. 265-303, maio/ago. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MASCARENHAS, R. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada**: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil. 2007. 310 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, A. F. *et al.* **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

POCHMANN, M. **Financiamento da educação para o desenvolvimento**. Audiência Plano Nacional de Educação. Brasília (DF), jul./2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo. Cortez, 2007.  
SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul (RS), ano 1, n. 1, jan./jun. 2003.

ZAMBERLAN, L. *et al.* **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: ed. Unijuí, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Indicadores INEP - Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 13 maio 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Indicadores MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571> 13/05. Acesso em: 13 maio 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/687499-CONHECA-O-NOVO-FUNDEB,-QUE-AMPLIA-GRADUALMENTE-OS-RECURSOS-DA-EDUCACAO>. Acesso em: 14 maio 2024.

**MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES**

<b>TÍTULO DO ARTIGO</b>	<b>UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO E O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA</b>
<b>RECEBIDO</b>	16/07/2024
<b>AVALIADO</b>	14/08/2024
<b>ACEITO</b>	29/08/2024

<b>AUTOR 1</b>	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Evaldo Santos Nascimento
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduado em Letras/Português com habilitação em Inglês e respectivas literaturas na Universidade Dom Pedro II, funcionário público, atuando em escolas públicas municipais na cidade de Salvador; cursando Administração Pública pela UNEAD-UNEB.
<b>AUTOR 2</b>	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Suzana Barreto Martins
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduada em Pedagogia com habilitação em administração e coordenação de projetos pedagógicos na Universidade do Estado da Bahia, funcionária pública, atuando em escolas públicas municipais na cidade de Barreiras; cursando Administração Pública pela UNEAD-UNEB.
<b>AUTOR 3</b>	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Jaqueline Jamil
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Mestrado em Administração Estratégica pela Universidade Salvador. Graduação em Administração Geral pela Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão. Professora Formadora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Professora da Faculdade UNIFASS.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	<b>Autor 1:</b> Rua São Jorge, 27, Bairro São Gonçalo - Cabula - Salvador-BA <b>Autor 2:</b> Rua Coelho Neto, 112, Bairro Santa Luzia - Barreiras-BA Cep. 47800-759
---	---